



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

**Segunda-feira
(02/04)**

Manchetes

UOL: Ex-guerrilheiros das Farc atuam como "free-lancers" do tráfico na Amazônia, diz PF

Super Interessante: Celular: a arma que mudou o PCC

G1: Milícias avançam no Rio; Fantástico mostra imagens e áudios exclusivos

O Globo: Após inspeção do Exército, policiais do Batalhão de Bangu vão passar por reciclagem

G1: Câmera flagra invasão de drone a penitenciária de Mato Grosso do Sul

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Ações emergenciais: **UOL** noticia que a equipe de intervenção federal afirmou que o envio de tropas das Forças Armadas para patrulhar a favela Vila Kennedy (zona oeste) e as ruas das zonas sul, norte e central do Rio de Janeiro são ações emergenciais. Militares ligados à cúpula da intervenção ouvidos pelo UOL afirmaram que as ações ostensivas das Forças Armadas em favelas e nas ruas do Rio são consideradas importantes para aumentar a sensação geral de segurança, mas não devem gerar resultados a longo prazo se a reestruturação das polícias não tiver sucesso.

Baixos resultados: De acordo com o porta-voz do Gabinete de Intervenção Federal (GIF), coronel Roberto Itamar, "está provado que o policiamento estático tem obtido resultados menos importantes". Por conta disso, foi implantada uma nova tática de patrulhamento dinâmico em áreas de grande circulação de pessoas e veículos. A ação, classificada por Itamar como "mais uma ação emergencial" da Intervenção, foi criticada nesta terça-feira por cariocas que questionaram o curto período de permanência das tropas que chegaram a ficar, por exemplo, apenas meia hora em um trecho da orla de Copacabana, na Zona Sul do Rio. Notícia do **O Globo**.



Avanço das milícias: A reportagem do **Fantástico** revela o avanço das milícias em comunidades do Rio de Janeiro. Em áudios, ex-trafficantes, agora milicianos, tentam 'atravessar' traficantes para o lado da milícia. Moradores revelam suas rotinas a mercê do poder da milícia, onde são cobradas taxas em cima de eletrodomésticos, gás, internet e até mesmo água. “Eles batem na sua porta com um fuzil apontado para você, então você não tem como negar”, afirma um dos moradores. Além dos pagamentos, alguns grupos impõem uma espécie de código de conduta, onde determinam como moradores podem se vestir, toque de recolher e até mesmo sua orientação sexual, ao proibir a homossexualidade.

'Free-lancers' do tráfico: **UOL** noticia que ex-combatentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) recrutados por facções criminosas brasileiras estão atuando no tráfico de drogas na Amazônia. A informação foi confirmada pela Polícia Federal e pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas. A situação vem sendo monitorada pela comunidade de inteligência do governo brasileiro e preocupa as autoridades que fazem o combate ao narcotráfico na região. A atuação de ex-combatentes das Farc no tráfico de drogas nos rios da região Amazônica vem sendo detectada desde o final de 2016, mas parece ter se intensificado ao longo de 2017 e nos últimos meses. As evidências da participação de ex-guerrilheiros no tráfico de drogas na Amazônia vieram de relatos fornecidos por informantes e do aumento no volume de armamento pesado apreendido na região.

Reciclagem de policiais: **O Globo** noticia que o 14º BPM (Bangu) foi o escolhido pelo Gabinete de Intervenção Federal para dar início à reciclagem de policiais militares no estado. Os policiais vão aperfeiçoar, por exemplo, técnicas de abordagem e tiros. Para possibilitar que os PMs passem pela reciclagem, desde a semana passada, militares estão fazendo patrulhamento nas ruas da cidade para liberar policiais da função. O Batalhão de Bangu foi o primeiro a passar por vistoria do Gabinete de Intervenção Federal. Na área do 14º BPM, está ainda a comunidade da Vila Kennedy, que foi escolhida para ser o laboratório da intervenção no Rio.

Estratégias do Haiti: Reestruturação da polícia, operações militares combinadas com



ações sociais, bloqueios em ruas, incursões em favelas e retirada de barricadas. Essas são algumas medidas que marcaram a participação do Brasil na missão de paz do Haiti (2004-2017) e reaparecem nas ações da intervenção federal no Rio de Janeiro. O UOL ouviu militares que estiveram no Haiti e outros envolvidos com a intervenção no Rio para levantar semelhanças e diferenças entre as missões. Entre as diferenças, estão as leis e regras que embasam cada operação e o prazo para terminar. Notícia do **UOL**.

Sigam as balas: A matéria crítica da cientista política Ilona Szabó de Carvalho afirma que o pouco que se sabe sobre a investigação do assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes demonstra como a omissão de autoridades e as falhas na implementação da lei de controle de armas —o Estatuto do Desarmamento— dificultam a apuração e contribuem para a impunidade nos homicídios. A cientista fala sobre a necessidade de uma melhor marcação das armas fabricadas e vendidas no Brasil. As marcações atuais são feitas de forma mecânica e podem ser facilmente raspadas, o que dificulta o rastreamento dos responsáveis pelo desvio de armas para o crime. Sistemas de marcação por chip já estão disponíveis. Notícia da **Folha de S. Paulo**.

Praça seca: **G1** informa que a Praça Seca foi o bairro onde ocorreram mais tiroteios durante o mês de março na cidade do Rio de Janeiro. Os dados do aplicativo Fogo Cruzado indicam que houve pelo menos 42 tiroteios, com 4 mortos. Em pelo menos cinco ocasiões houve presença de agentes de segurança, com operações principalmente da Polícia Militar na região. O Fogo Cruzado é um laboratório de dados sobre violência armada, que disponibiliza informações através de um aplicativo e mapa colaborativo.

Operações no Rio: Valor Econômico traz as análises do especialista José Ricardo Bandeira, presidente do Instituto de Criminalística e Ciências Policiais da América Latina, a respeito das abordagens das tropas militares durante o período de intervenção no Rio de Janeiro. Em sua opinião, as Forças Armadas têm escolhido combater o crime de forma pontual, de modo a evitar danos maiores que comprometam a imagem da intervenção, especialmente o confronto que leve à morte de inocentes por militares. "A intervenção não é pró-ativa nem corretamente reativa. Há toda a cautela do mundo. Até porque é bandeira de campanha política. A melhor forma de não queimá-la é evitar que a bala perdida de um soldado mate alguém, e a intervenção perca apoio da população", afirma. O especialista



critica a falta de planejamento e o imprevisto que, em sua avaliação, têm marcado a intervenção. Cita a "verdadeira obsessão" das Forças Armadas em retirar as barricadas postas por traficantes na Vila Kennedy - que as recolocaram no lugar novamente - como um exemplo de esforço que não resolve o problema. As medidas ineficazes, afirma, são frutos de um processo de tentativa e erro.

Sistema Prisional

Celulares do crime: Super Interessante revela que o sistema de comunicação por celular do Primeiro Comando da Capital (PCC) foi orquestrado pelo canadense David Spencer, quando cumpria pena no Carandiru em 1998. David era próximo dos chefes do PCC e listou os equipamentos necessários para criar uma troca automática de ramais privados do crime. Estruturadas nas casas de esposas e parentes dos presos, as centrais clandestinas revolucionaram o dia a dia e os negócios do PCC. Com elas, os bandidos de uma prisão em São Paulo conseguiam se comunicar com outros no Rio de Janeiro, no Mato Grosso ou em qualquer outro lugar. Além dos funcionários corruptos que forneciam celulares para os presos, muitas mulheres escondiam aparelhos nas partes íntimas. Em 1999, cada telefone rendia R\$ 200 à entregadora. Com as centrais consolidadas, o PCC instalou centenas de bases fixas. Em cinco anos, a polícia estourou mais de 300 delas – numa, a conta telefônica de um mês chegava a R\$ 70 mil. A reportagem faz parte do Dossiê SUPER: Facções Criminosas, publicado em maio de 2017.

Transferência de PM: G1 noticia que, condenado a mais de 160 anos de prisão por diversos assassinatos, o ex-cabo da Polícia Militar, Hércules de Araújo Agostinho, volta a cumprir pena na Penitenciária Central do Estado, em Cuiabá. Hércules cumpria pena no Presídio Federal de Mossoró (RN) desde 2016, mas já havia passado por outras penitenciárias federais de segurança máxima desde 2012. Na ocasião, a transferência dele foi autorizada após ele serrar as grades da cela onde estava detido, no raio 5 da PCE.

Invasão de drones: Fantástico mostra que drones têm feito entregas a presos da Penitenciária Estadual de Dourados (MS). Segundo o presidente do sindicato dos agentes penitenciários do Mato Grosso do Sul, André Luiz Garcia Santiago, os drones chegam a



sobrevoar o local até cinco vezes numa mesma noite. Filmagens de uma câmera de segurança mostram o momento em que um drone sobrevoa o pátio externo da penitenciária e um detento, com a ajuda de lençóis, desce pela janela de sua cela para pegar os objetos que o aparelho deixou no local. Um levantamento feito pelo Fantástico revela que, em todo país, oito estados relataram ter apreendido drones em presídios nos últimos anos. Só em 2017, foram registradas 38 ocorrências. De janeiro até agora, já foram 17 apreensões.

Análise de propostas: Diário do Nordeste noticia que o Plenário da Câmara dos Deputados tem votações marcadas nesta segunda-feira (2) para analisar propostas de Segurança Pública. Está prevista a análise da proposta que obriga o governo a instalar bloqueadores de telefonia em presídios usando o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Os recursos do fundo são usados, entre outras finalidades, para construir e manter o funcionamento das unidades prisionais. Amanhã (3), os deputados poderão votar a criação do Sistema Único de Segurança Pública, cujo texto vem sendo negociado nas últimas semanas.

Notícia correlata de interesse

Desaparecimento de militante: O Ministério Público Federal (MPF) denunciou três ex-agentes da repressão pelo desaparecimento do militante político Aylton Adalberto Mortati em 1971. O policial Walter Lang, o delegado Cyrino Francisco de Paula Filho e o investigador Dirceu Gravina são acusados pelo sequestro da vítima. O crime, neste caso, é considerado permanente, ou seja, a sua ocorrência se perpetua no tempo. O trio estava a serviço do Departamento de Operações de Informações (DOI) do II Exército, na capital paulista, um dos mais ativos centros de perseguição política, tortura e morte durante a ditadura militar. Notícia do **MPF**.